

Problemas de acessibilidade nos tribunais açorianos

Juiz Presidente do Tribunal da Comarca dos Açores identifica vários edifícios sem elevadores ou placas elevatórias

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

O acesso aos pisos superiores dos edifícios aonde funciona o tribunal em Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Horta, São Roque do Pico, Velas ou Nordeste é efetuado apenas através de uma escadaria, sem a existência de um elevador ou placa elevatória, limitando a acessibilidade às salas de audiência destes tribunais.

O problema foi denunciado no relatório anual de gestão do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores pelo juiz presidente, Moreira das Neves. "A colocação de elevadores ou placas elevatórias para acesso aos pisos superiores nestes edifícios foi solicitada ao IGFEJ (Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça) há vários anos, mas nunca tem sido contemplada nas intervenções que esta entidade tem levado a efeito na comarca dos Açores", assinalou o juiz presidente no relatório.

O problema com a acessibilidades nos edifícios identificados pelo juiz presidente do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores representa um problema mais grave no caso dos tribunais que recebem e julgam acidentes de trabalho, aonde muitas vezes os

trabalhadores apresentam limitações físicas, recorrendo ao tribunal para definir um valor da indemnização a pagar pela companhia de seguro ou entidade patronal.

Também é frequente haver ações nos tribunais para julgar indemnizações a pagar a vítimas de acidentes de viação, que também apresentam limitações físicas.

A presidente da Associação Portuguesa de Deficientes, Ana Luísa Sezudo, lamenta que infelizmente "estas notícias sejam demasiado frequentes em pleno século XXI", apesar de "haver um grande volume de legislação em Portugal". A representante da associação considera que se fosse cumprida a legislação em vigor todos os edifícios públicos sem condições de acessibilidade já deveriam ter sido multados.

"Em 2006 foi elaborada a última lei de acessibilidade. Foi dado um prazo de dez anos para se efetuar obras de remodelação e desde fevereiro de 2017 que deveriam ter sido aplicadas coimas a estes edifícios", assinalou.

A competência para efetuar a fiscalização dos edifícios é do Instituto Nacional para a Reabilitação, segundo explicou Ana Luísa Sezudo, que considera ser uma atitude "louvável e positiva" que "seja um juiz a fazer esta denúncia". "Infelizmente por falta de orçamento continua a não ser uma prioridade resolver o problema das acessibilidades. Até quanto vamos continuar a poupar neste investimento? Na nossa opinião é demasiado urgente que se cumpram as leis relativamente às acessibilidades", afirmou a presidente da Associação Portuguesa de Deficientes. ♦



AO ARQUIVO / EDUARDO RESENDES

Problemas de acessibilidades foram comunicados há vários anos para o Ministério da Justiça

Alerta para falhas de segurança nos edifícios

O relatório de gestão do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores destaca a existência de falhas na segurança na maioria dos edifícios dos tribunais.

O relatório aponta que existe segurança móvel nos edifícios do tribunal em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo", enquanto o edifício do tribunal de Vila Franca do Campo é o único com um sistema anti-intrusão ativo.

"Nos demais edifícios ou nunca houve este equipamento ou os sistemas montados encontram-se avariados. Também não existem sistemas de videovigilância operacionais, nem pórticos de segurança, exceto em Vila do Porto", indica o juiz presidente do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores.

Moreira das Neves assinala que "as necessidades mais prementes na colocação de pórti-

cos de segurança são sentidas no acesso ao DIAP em Ponta Delgada e ao Palácio de Justiça de Angra do Heroísmo".

O relatório indica que está em curso uma ação de manutenção de vários equipamentos de segurança e vigilância, que vai permitir regularizar a situação ao longo deste ano, sendo as intervenções efetuadas em articulação com a Direção-Geral da Administração da Justiça. ♦